

**ATA DA 6ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
ESTADUAL DE VALIDAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DO SISA,
REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO
DE 2015.**

Em primeiro de outubro do ano de 2015, das quatorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na sala de reuniões do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 233, Bosque, Rio Branco/AC, realizou-se a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva) do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA). A Coordenadora da Ceva, Sra. Joci Aguiar, conduziu a reunião, que tratou da seguinte pauta:

1. Projetos Privados no SISA (IMC)
2. Análise da situação atual dos subprogramas (CDSA)
3. Estratégias de comunicação para o SISA (IMC)
4. Participação da CEVA na COP21

1. Projetos Privados no SISA

A reunião foi iniciada com apresentação da Coordenadora do Departamento de Normatização e Registro do IMC, Marta Nogueira de Azevedo, para esclarecimentos a respeito dos Projetos Privados com solicitação de Registro no SISA, em resposta à demanda dos membros da Ceva.

Marta Azevedo informou que naquele momento estavam trabalhando em uma regulamentação do IMC, própria para esses projetos, e que estavam pensando em mudar algumas nomenclaturas. Por exemplo, o termo registro seria referente somente aos créditos dos projetos, não haveria registro de projetos no IMC. Assim, a entrada de projetos seria uma admissão, com cadastro de projetos no SISA. Explicou que a admissão de projetos existiria para garantir transparência, credibilidade, rastreabilidade e interoperabilidade com o SISA; além de ter alinhamento dos projetos privados com a linha de base jurisdicional.

Descreveu as competências do Departamento de Registro, específico para cuidar dos projetos privados: autorizar e efetuar o pré-registro e registro desses projetos privados e planos de ação; autorizar e/ou expedir um certificado de redução de emissão de gases de efeito estufa e regulamentar e realizar o respectivo registro; autorizar e/ou efetuar a emissão, regulamentação e registro de produtos e serviços ecossistêmicos, nos termos da Lei do SISA; credenciar empresas para operar projetos no âmbito do SISA na forma da lei, que seria o credenciamento de empresas desenvolvedoras de projetos.

Em seguida, percorreu sobre o estado da arte dos projetos. Informou que naquele momento havia cinco projetos com solicitação de pré-registro no SISA. Disse que a lei previa duas fases para a entrada de projetos: uma corresponderia ao pré-registro, que seria a fase de habilitação da documentação do proponente e da questão fundiária. A outra fase seria o registro do projeto em si, com apresentação do

documento de concepção do projeto e o plano de monitoramento da área. Declarou que o primeiro projeto com solicitação de admissão havia sido o Projeto Purus, em 2011; depois houve o Projeto Russas e o Valparaíso (que ficavam um ao lado do outro); o Envira e o Jurupari.

Reiterou que todos eles estavam na fase de habilitação da documentação; e que entregaram o formulário e os documentos, mas ainda não haviam sido analisados porque o IMC estava construindo os critérios para analisar as solicitações. Disse que haviam identificado algumas questões relacionadas à documentação.

No caso do Projeto Purus, apontou uma inconsistência da declaração apresentada no formulário de credenciamento do projeto, em relação ao tamanho da área. O IMC solicitou que o proponente tomasse as providências necessárias para comprovar o real tamanho da propriedade dele. Além disso, declarou ter recebido uma reclamação de conflito fundiário nessa área, de um outro proprietário que disse ter vendido uma parte do Seringal Itatinga, mas não havia sido pago e tentava reaver a área na justiça. Esse conflito persistiu de 2011 até 2014. No final de outubro, foi entregue um documento de rescisão contratual entre as partes, em um acordo onde o antigo proprietário recebeu as terras de volta e entrou como proponente do projeto, havendo um acordo de repartição de benefícios entre os dois proprietários, sobre os créditos gerados. Assinalou que o Projeto Purus fica na área rural de Manoel Urbano.

Falou sobre o Projeto Russas, situado em Cruzeiro do Sul, próximo a Marechal Thaumaturgo. Também tem como representante do projeto uma pessoa jurídica e a área é de 42 mil hectares. Identificou ausência de algumas documentações, tais como os *shapes* e as delimitações da área, necessárias para verificação em campo pelo IMC. Apontou outro problema: na maioria da documentação que os proprietários apresentam para garantir a titularidade da terra: não há delimitação, tendo referência apenas a estradas de seringa; alguns tem certidões e outros somente a certidão de inteiro teor.

O Projeto Valparaíso tem o mesmo representante legal do Russas e apresenta uma área total de 29 mil hectares, dividida em dois seringais e deixou de apresentar alguns documentos, como por exemplo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e o contrato social da empresa.

Considerou que os dois projetos aparentam ser um só, devido a serem vizinhos e a terem o mesmo representante legal. Afirmou ter recebido uma denúncia do Sindicato Rural de Cruzeiro do Sul por telefone e depois, via e-mail, um abaixo-assinado de moradores da área do projeto, pedindo que o IMC não aceitasse o registro desses projetos, alegando baixa participação da comunidade e promessas não cumpridas pelo proponente. Informou que tudo isso havia sido repassado para a Ouvidoria, que abriu um processo. Acrescentou que o IMC não tinha procedimentos para deferir ou indeferir um projeto com base em denúncias.

Falou do Projeto Envira, que fica na região de Feijó e compreende vários seringais, com área informada de 200 mil hectares. **Stoney Pinto** (IMC) chamou atenção para o fato de o projeto ser composto de tantos seringais e não trazer nenhum documento referente a posseiros e pessoas que os habitam. Teria apenas a certidão de inteiro teor. Foi levantada a questão de definir quais os documentos que seriam aceitos para comprovação da situação fundiária, pois cada projeto teria apresentado documentos diferentes.

Érico Barboza (PGE) lembrou que havia uma lista que indicava vários documentos e que essa discussão já havia sido feita. Informou que havia uma norma do Conselho Florestal sugerindo que essa lista fosse adotada como parâmetro. Disse que no Acre havia muitos títulos que reconheciam a propriedade, tais como o reconhecimento provisório de posse, além de outros que teriam o mesmo efeito que o título de cartório. Sobre a situação dos posseiros, considerou que o SISA não exige a propriedade para desenvolver um projeto – basta que não tenha conflito fundiário – e que aquele conflito do Purus, por exemplo, não se tratava de conflito fundiário, mas de um conflito pessoal, relacionado a um contrato de compra e venda que

não foi pago. Esclareceu que conflito fundiário ocorre quando um invade a terra de outro, sem a existência de contrato.

Dande Tavares (CDSA) perguntou se um dos itens a ser exigido não é a propriedade da terra. Foi explicado que um proponente de um projeto pode fazer a proposta de um projeto sem ser proprietário, mas é preciso que ele tenha anuência do proprietário. Um empreendedor que organiza um projeto de cem mil hectares, não precisa ser dono da terra, mas precisa ter a anuência do dono da terra.

Magaly Medeiros (IMC) chamou atenção para duas situações diferentes dentro de cada projeto, ao dar entrada no IMC: 1) é preciso comprovar a situação fundiária do projeto, sendo dono da terra, ou tendo anuência dele, com procuração. Então, projeto que não tenha documento fundiário será rejeitado. 2) ocorrência de conflito entre os posseiros que vivem na região do projeto, dentro da propriedade.

Érico Barboza prosseguiu dizendo que não é preciso ter somente áreas tituladas. Se dentro de uma propriedade tiver posseiros, basta que se tenha a anuência deles para o projeto, para ser livre, prévio e informado.

Diferenciou conflito fundiário de situação fundiária da terra. Reafirmou que o conflito ocorre quando um invade a terra do outro e ficam brigando para saber quem é o proprietário. E acrescentou que no caso de o proprietário restringir o uso do posseiro para produção, por exemplo, a situação cai no âmbito das salvaguardas e não no âmbito da titularidade da terra. Se ele tem título de domínio, a situação é outra. Orientou que se deve diferenciar se o proponente é proprietário ou não. Sendo proprietário, verifica-se a presença de posseiros. Em seguida, deve ser observado se os posseiros se alinham ao projeto. Se for positivo, deve ser com consentimento livre, prévio e informado. Depois deve haver o monitoramento, para saber se houve explicação sobre o projeto, se o posseiro sabe quais são os benefícios diante do projeto, se sabe quais são as obrigações do projeto. Se ele mostrar que sabe tudo isso, verifica-se que está tudo certo.

Marta Azevedo falou do projeto mais recente, o Jurupari que também ocorre na área de Feijó, e tem como proponente três pessoas proprietárias e se trata de uma junção de áreas. É o projeto que menos tem problemas. A documentação está mais ou menos organizada, pois foi juntada sob orientações do IMC.

Ressaltou que o Projeto Purus é o que tem a maior diferença com relação à declaração do tamanho de área. A soma das áreas dos projetos daria cerca de 406 mil hectares, o equivalente ao município de Brasileia, ou 2,8% do território. Dados relacionados ao potencial de redução de emissões não foram analisados oficialmente, pois como está na fase de apresentação da documentação, os PDDs ainda não foram entregues ao IMC. Porém, a empresa que está colaborando com a validação do Programa Jurisdicional no VCS, fez a contabilidade e foi observada uma diferença entre as metodologias trabalhadas pelos projetos privados e o Jurisdicional do Acre. Informou que essa questão estava sendo resolvida com a regulamentação do Comitê Científico, que foi publicada no mês anterior. A orientação do Comitê foi: tirar, do Jurisdicional, a contabilidade dos Projetos Privados, para não haver a sobreposição de créditos. Finalizou com a informação de que a regulamentação estava sendo concluída para publicação da Instrução Normativa do IMC, visando ter os parâmetros bem delineados para avaliar os projetos e decidir se eles serão parceiros do SISA ou se não serão reconhecidos. Ponderou que há um longo caminho ainda, para que seja avaliada tanto a questão da contabilidade de créditos, quanto a metodologia e principalmente as salvaguardas, que é o que atualmente está sendo mais polemizado em relação a esses projetos.

Moacir Haverroth (Embrapa) observou datas de entrada de projetos em 2013, considerando muito tempo gasto no processo. **Marta Azevedo** comentou que houve muito avanço no Programa Jurisdicional para ter

critérios, discutir e fazer a repartição de benefícios, mas com relação aos privados, estavam começando a definir os parâmetros. Justificou que o processo de avaliação de salvaguardas acabara de ser completado e que a partir dali haveria melhor identificação de lacunas, para que os projetos pudessem seguir as salvaguardas.

Joci Aguiar perguntou se os projetos haviam recebido algum recurso. Foi respondido que não. **Dande Tavares** esclareceu que os projetos não receberam recurso algum do SISA, mas já transacionaram créditos. Deu o exemplo do Purus, que transacionou com a FIFA.

Magaly Medeiros fez a ressalva de que os projetos transacionaram créditos, mas isso não ocorreu por meio do Programa Jurisdicional do Acre, o SISA. Explicou que como projetos privados, eles podem ter essa relação de mercado.

Érico Barboza contextualizou dizendo que no mundo havia muito projeto de REDD acontecendo antes mesmo que no Acre. Mas, nenhum país tem estrutura institucional nem regulamentação disso. Isso pode ocorrer no âmbito da livre iniciativa, da iniciativa privada, se não houver lei impedindo. Identificou que foi o que aconteceu no Acre; e citou o projeto Suruí em Rondônia como outro exemplo. Explicou que trabalharam muito no jurisdicional porque entenderam que ele seria um pressuposto para o projeto privado. O arcabouço metodológico e tudo que se fez para o Jurisdicional seria um *plus* em relação a um *minus* que seriam os projetos privados. Defendeu que não se pode começar a estruturar um sistema pela parte. Tem-se que começar a estruturá-lo pelo todo e ir desdobrando as partes. Disse estarem evoluindo as regulamentações e os avanços consolidados. Identificou que esse era o momento de disciplinar projetos privados, pois estavam no final da estruturação do Jurisdicional. Tratava-se do momento adequado, considerando o amadurecimento natural do Sistema.

Foi dito que esse seria o momento de os projetos privados se adequarem ou correrem por fora. **Érico Barboza** ponderou que havia um agravante, visto que o Sistema do Acre era muito reconhecido no mundo. Questionou, então, como alguém iria produzir créditos de carbono no Acre por fora do SISA, pois seria observado se ele respeita as normas do SISA, ou se as normas assumidas seriam mais flexíveis do que as do SISA. Explicou haver dois tipos de regulação: a regulação compulsória, aquela que decorre do poder de polícia, quando o Estado independentemente da vontade de uma empresa, por exemplo, sujeita-a a regras; ou a regulação voluntária, que é o caso do Programa do Acre, quando a pessoa requer entrar nele e se submete às regras pré-estabelecidas por ter manifestado interesse.

Stoney Pinto considerou relevante comentar sobre os recursos que são recebidos pelo Acre de forma voluntária, que não tem vendido créditos de carbono.

Dande Tavares argumentou que o Acre tem quase cem milhões de toneladas de carbono e que esse carbono é legítimo, tem regulamentação. Acrescentou que já foi feita uma transação com o KfW, na qual se destacou 12,5 milhões de toneladas, o que faz com que o Acre seja o segundo maior padrão no mundo que já transacionou créditos de carbono de REDD, e o coloca como representante de 17% desse mercado. Afirmou que isso não era motivo de problema, era orgulho; era um crédito aceito pelo governo alemão, pelo banco alemão de desenvolvimento e era um crédito tão bom quanto os créditos de mecanismo de desenvolvimento limpo, que existiam dentro do protocolo de Kyoto.

Chamou atenção para dois aspectos: 1) a respeito do desencontro expressivo na proporção entre o quanto de área representa o somatório desses projetos e quanto que a apuração de potencial geração de créditos não bate com a equação do SISA. Respondeu que isso ocorre porque as metodologias são diferentes. A metodologia do SISA é conservadora, pois há muito rigor na computação para evitar superdimensionamento da geração de créditos, e do ponto de vista técnico-científico e político-institucional

é entendido que o SISA deve ser conservador no cálculo do estoque de carbono que tem na floresta. Defendeu que tal comportamento conquista credibilidade. 2) nenhum desses projetos privados está oficialmente registrado no SISA; nenhum deles tem o aval do SISA; se tivesse teria que ter passado pela Ceva. **Marta Azevedo** complementou dizendo que eles têm apenas a solicitação de admissão pendente.

Érico Barboza salientou que essa é uma questão a ser pensada, pois se eles não estão dentro do SISA, a Ouvidoria não tem como fazer intervenção.

Dande Tavares afirmou que esses projetos não são desenvolvidos no Acre por acaso. Explicou que como o Acre tem o SISA, é um ambiente institucional regulado, com credibilidade mundial, da qual cria um ambiente favorável para o desenvolvimento de iniciativas privadas. Considerou que ao mesmo tempo que o projeto não está oficialmente, de alguma maneira está “reputacionalmente”. Estar no território onde o SISA tem jurisprudência dá ganhos ao projeto, no ponto de vista de que mercado é reputação. Acrescentou que não existe a falta de oferta de crédito, mas existe a falta de demanda. Então na hora que se conquista um cliente dizendo que o crédito é quente e não dará problema no futuro pois está no Acre, o primeiro lugar do mundo que fez um sistema de REDD jurisdicional, que tem salvaguardas, que tem uma série de aspectos que dão uma boa reputação, o cliente se satisfaz e pede créditos do Acre.

Disse ser importante também entender o que são créditos gerados no âmbito do Jurisdicional e o que são créditos gerados no âmbito de um privado, pois existe diferença. Obrigatoriamente o Sistema diz que o privado pode ser aninhado, mas para isso ele precisa estar aberto para se aninhar e o que se apresenta nesse caso começa com a questão da metodologia. Não é possível aninhar dentro do SISA um projeto que não tenha metodologia semelhante à do SISA. Recomendou que a Ceva esteja atenta a essa questão que o IMC está tratando, mas essas colocações foram feitas porque do ponto de vista de mercado, a Companhia vai ter que trabalhar e é importante fazer essa separação do que são créditos de um e o que são créditos do outro, visto que não é todo crédito do Acre. Os créditos desses privados, por exemplo, não são *Acre Carbon Standard (ACS)* (Padrão de Carbono do Acre). *Acre Carbon Standard* é o Jurisdicional. É importante ficar atento a isso, manter os registros regulamentares, mas de alguma maneira, o fato de existir o SISA no Acre cria oportunidade, o que é legítimo. A iniciativa privada não deve ser coibida, mas nesse caso, para de fato e oficialmente ser tratado em marketing, por estar acontecendo no Acre; que o Acre é um ambiente seguro de créditos consistentes etc, isso precisa estar aninhado.

Magaly Medeiros complementou a abordagem, dizendo que desde que o SISA foi criado em 2010, vem-se trabalhando um Programa Jurisdicional, que quando se foi fazer a primeira transação com o KfW, foi elaborado um Padrão, chamado *Acre Carbon Standard*, e o Programa Jurisdicional foi registrado na *Markit*, com a linha de base, níveis de referência, como monitorar, toda a metodologia. Assim que registrou na *Markit*, o KfW pôde transacionar os créditos no valor de cinco dólares. Isso configurou uma transação não comercial, porque quando as reduções anuais validadas pelo Comitê Científico são registradas na *Markit*, automaticamente esses créditos de carbono transacionados são aposentados. São relações de transação diferentes de uma transação de mercado. É como se fosse um título bancário, que passa a ter um valor no mercado. Então é importante ter ciência de que se trata de uma transação das reduções das emissões por desmatamento evitado, não comercial, visto que os créditos são aposentados.

Informou que, segundo a INDC, lançada e submetida à Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, no dia 27 último, pode-se ter um mercado de carbono. Tratam-se das Intenções de contribuição do país para consecução do objetivo dessa Convenção, com metas de redução de emissões. Explicou que nesse documento está estipulado como se deve proceder e com o que o Brasil se compromete e de que forma está compromissado tanto para compensações, como foi o caso do KfW, como para o mercado.

Explicou que o VCS é uma certificadora, que dá um selo, assim como o Plano de Manejo tem uma certificação, ele gerencia o selo, que é um selo de qualidade. Os projetos privados foram buscar o VCS para ter o selo de qualidade e enquadraram o projeto dentro da metodologia do VCS, que validou alguns desses projetos. Então, no Acre, esse processo não entrou no SISA, ele correu por fora. Com a certificação de quem já tem uma liderança no mercado mundial, o Projeto Purus pôde estar credenciado a transacionar e transacionou com a Fifa no último campeonato mundial. Fica por conta da Fifa neutralizar o seu carbono e é isso que irá acontecer no mercado mundial. Todos precisam reduzir suas emissões; quem estiver consumindo demais precisará compensar suas emissões. Isso irá acontecer com outras empresas, em outros mercados, em outros grandes eventos e, possivelmente, nas olimpíadas. O que precisa ficar bem claro é que esses privados e o Padrão ACS não tem a ver um com o outro; não tiveram sequer um pré-registro no IMC. A única coisa que fizeram foi entregar uma documentação, que foi analisada e careceu de mais detalhes, solicitados pelo IMC pois a informação e a documentação está incompleta. Declarou que qualquer proponente de projeto pode se direcionar ao IMC e pedir informações a qualquer momento, a respeito dos documentos necessários para requerer e dar entrada no IMC.

Moacir Haverroth perguntou se os projetos têm clareza disso. Foi respondido que sim. Mas foi dito que a sociedade não tem a mesma clareza, por isso há tanta confusão. Há grupos que confundem a proposta do SISA com isso.

Érico Barboza esclareceu que esses projetos requereram para entrar no Sistema em um momento em que existia apenas a lei do SISA, mas tudo estava sendo criado, desenvolvido. Eles pediram para entrar no Sistema que estava em formação, assim como ainda está em formação, visto que ainda não se tem a questão dos projetos privados concluída. Não há condições no momento de aceitar admissão ou pré-registro de algum projeto. Os projetos são, cronologicamente falando, anteriores ao Sistema. Quando estiver tudo pronto, os projetos que pediram para entrar serão chamados para se adequarem à metodologia do SISA. Se eles não se adequarem, dever-se-á comunicar à sociedade que tais projetos não são reconhecidos pelo SISA. Sugeriu que essa comunicação seja feita após a publicação da IN e da avaliação dos projetos.

Dande Tavares perguntou o que a Ceva havia analisado a respeito do Projeto Purus. **Marta Azevedo** respondeu que naquele momento foi feito um teste, usando o caso do Projeto Purus, para avaliar projetos privados a partir das salvaguardas.

Vera Reis (IMC) falou que estava participando da reunião como convidada, por ser Diretora Técnica do IMC recém-contratada, e para acompanhar todo o processo que passa nos bastidores, em relação às adequações do JPD, que é o Programa que já passou pelo VCS, na finalização do relatório de monitoramento; e dizer que a questão de como lidar com os projetos é muito preocupante. Mesmo que o projeto esteja fora do SISA, ele pode ser muito prejudicial ao Estado. Deu exemplo do Envira-Amazônia, que não se encontra em uma área de altíssimo risco, que dê a ele condição de ter tanta adicionalidade como foi colocado no projeto. Disse que esse projeto pressupõe que teria condição de desmatar os 20% que pode desmatar pelo Acre, aí ele reivindica as emissões a partir disso. Porém denunciou que isso é impossível, pois nenhum empresário no Acre teria condição de desmatar tanta terra assim, mesmo tendo a prerrogativa legal.

Continuou dizendo que se tratava de um projeto perigoso do ponto de vista do Sistema, e que a Resolução do Comitê Científico deixou muito claro que é preciso tentar compatibilizar essas situações com aquilo que está previsto na legislação. Se for permitido, sem nenhuma atuação do ponto de vista do comando e controle, seja por questões fundiárias, seja por questões de salvaguardas, e seja por questões de legalidade de um modo geral, esse projeto está sendo considerado um megaprojeto que, na verdade, não

é um projeto de prestação de serviço ambiental, mas um projeto de conservação. Defendeu que se eles querem conservar a área, esse não é o melhor caminho. Sugeriu, portanto, que seja investigada a situação desses projetos em relação à questão fundiária, em relação às salvaguardas, muito seriamente e disse que esse caso merece a formação de um GT especial para acompanhar e analisar, porque o comando social tem que se fazer presente, sendo a única força, a força maior que se tem nesse processo, no atual momento.

Érico Barboza esclareceu que esse projeto trabalhou em uma brecha da lei. Deu um exemplo de metodologia adotada pelos projetos, em que é contabilizada toda uma área considerando apenas a biomassa de árvores de grande porte para efeito de carbono, e desconsiderando espaços existentes entre uma árvore e outra, ou a ocorrência de árvores mais finas. Então, recomendou que seja feita análise dos projetos primeiramente na metodologia de cálculo do carbono; em segundo lugar, 80% ele não pode desmatar, então dali ele não teria crédito. Afirmou que não se pode falar de um projeto em uma área de tal tamanho, pois o potencial de crédito dele é 20%. Dessa forma, limitando-se os 100% em 20%, acaba-se com a especulação.

Vera Reis comentou que essa prática também estava sendo desenvolvida nos EUA, pelos chamados “cowboys do REDD”, como se fossem piratas do REDD. **Érico Barboza** disse que isso pode ser barrado pela lei. Salientou que a partir do momento que for decidido que determinado projeto não é reconhecido pelo Sistema, deve ser automaticamente declarado, na decisão, o potencial máximo do projeto. E tudo que o SISA não reconhece deve ser declarado na decisão que reputa ilegítimo aquele crédito, inexistente. Isso deverá ser transparente, aquela decisão que rejeita o projeto, que o nega.

Magaly Medeiros expôs que teve o cuidado de convocar o Comitê Científico para colocar em discussão a questão ora apresentada pela Vera Reis. Informou que o Comitê fez uma Resolução de Conformidade, que é pública desde o dia 23 de setembro, no Diário Oficial do Estado do Acre. Essa Resolução deixa claro que o SISA não reconhece os projetos e estará excluindo o território dos privados, da contabilidade do Jurisdicional. **Érico Barboza** explicou que é como se aquele território, para efeito de geração de crédito, não estivesse incluído no Sistema. Então, o crédito apto a gerar aí vai ser desconsiderado dentro da metodologia do SISA.

Pável Jezek argumentou que essa exclusão ocorre apenas para efeito da contabilidade de carbono, visto que o Estado não tem como se desfazer de território; sugeriu então que se usasse o termo da contabilidade e não o termo jurisdição. **Magaly Medeiros** reiterou que a equipe do governo estava calculando o território para que possa fazer a contabilidade das reduções das emissões, dentro da metodologia do SISA, porque dentro da metodologia dos projetos, somando-se esses cinco apresentados, eles se utilizariam de 2,5% das reduções das emissões do desmatamento do Programa Jurisdicional, sendo que ocupam 2,5% do território. Então, declarou que o cálculo está superestimado.

Érico Barboza reforçou que para gerar o efeito pedagógico apontado por Vera Reis, tem que ser feita na decisão que não admite o projeto, declaração de que a metodologia do projeto é inadequada, a proposta de geração de créditos está superdimensionada, que o SISA não reconhece aquilo e que vai abater da contabilidade geral a quantidade que é compatível com o Acre. Isso seria dito no parecer da IN, que deverá ser analisado pela Ceva.

Dande Tavares perguntou se os membros da Ceva têm acompanhado encontros, entrevistas, documentos que algumas organizações da sociedade civil têm feito pontuando questões contra o REDD. Pois sugeriu atenção a uma série de questões e perguntou se os membros teriam reagido, ou respondido pontualmente, visto que tal questão tem crises de muitas dimensões, que algumas organizações têm e que não se referem

apenas com serviços ambientais ou com REDD; disse que há movimentos acontecendo e que tendem a ganhar força na proximidade da COP. Como a próxima será a COP das COPs, vê-se esses movimentos se intensificarem no Acre, ou pelo menos aumentarem a frequência.

Solicitou que Magaly tecesse comentários, enquanto responsável do órgão regulador que acompanha e monitora, mas fez questão de trazer esse assunto para a Ceva, e principalmente a dimensão de sociedade civil da Ceva, porque essas organizações quando emitem documentos, falam que é a sociedade que está dizendo isso. Questionou de qual parte da sociedade civil se estaria falando; quem são as organizações e quem são as outras organizações que estão acompanhando e que se posicionam naquilo que elas não concordam e se posicionam no que concordam. Referiu-se não só às quatro que ali estavam, mas várias outras que participam desse processo de construção do SISA, historicamente no Acre desde a consulta pública que gerou a lei.

Defendeu que é preciso ter opiniões institucionais. Deu o exemplo do envio, ao parlamento alemão, de cartas e documentos com argumentos frágeis, feitos por esses grupos, provocando que segmentos do governo alemão se perguntassem sobre o que era aquilo que o KfW estava apoiando no Acre, que estaria desrespeitando direitos humanos, entre outras dúvidas.

Refletiu, então, que estavam ali se debruçando sobre esses projetos que não estão aninhados oficialmente no SISA, enquanto as críticas se referem essencialmente a coisas que acontecem dentro desses projetos. Argumentou que quando se olha de fora, o Acre é uma coisa só; e se passa uma imagem de que o SISA endossa isso, ou que o SISA permite que isso aconteça. Falou que é importante se ter clareza sobre o que são esses ataques, quais são os riscos disso e que tipo de opinião a Ceva tem a respeito da atitude dessas organizações.

Joci Aguiar considerou que esse era um ponto que precisava ser mais aprofundado, tratado de forma mais específica dentro da Ceva, e esclarecer para os demais, porque da forma que ela tinha dúvida, a compreensão que ela tinha a respeito dos projetos privados era outra; pois anteriormente a essa reunião, entendia que tudo estava passando dentro do IMC, que estava tudo sendo gerido dentro do Sistema, então a crítica apresentada parecia estar se configurando legítima. Disse que pretendia se debruçar sobre o documento repassado pelo Moacir, mas que vinha se mantendo informada pelas notícias de jornais e pelas discussões das entidades em nível nacional. Acrescentou que após essa reunião, a questão foi esclarecida.

Érico Barboza comentou a importância da questão, mas seria preciso definir a instância para isso. A Ceva tem uma atuação SISA. Se os projetos estão fora do SISA, a Ceva não tem ingerência sobre eles. Se pessoas publicam ideologias contra uma determinada atividade comercial, não se pode ir lá como Ceva e fazer um documento para rebater isso. Os membros da Ceva têm sua competência legal, suas atribuições. Se uma pessoa for contra determinada atividade, por exemplo, contra indústria química de agrotóxicos, ela tem sua liberdade de opinião, se estiver discutindo abstratamente. Se ela imputar fatos, esses fatos têm que ser rebatidos. Se ela faz inverdade, isso tem que ser rebatido, mas é preciso decidir qual é a instância para trabalhar isso. Questionou se a Ceva, diante de suas competências legais, seria o órgão adequado para rebater uma coisa que não está dentro do SISA e que é um ataque ao REDD genérico, ou se ela está falando mal de coisas analisadas pela Ceva, tais como violação de salvaguardas.

Dande Tavares disse não ter sido compreendido e afirmou que ao ler os documentos e as entrevistas, verifica-se a existência de apontamentos de fatos dentro do SISA. Não só dentro dos projetos, que concorda não estarem aninhados, mas teoricamente apontam vinculando ao SISA e fazem um ataque a imagem do SISA. Defendeu que a Ceva precisa se apropriar mais e que o fato de a Ceva não ter uma imagem clara sobre a situação dos projetos tem uma relação direta com as críticas. Então sugeriu que se tenha, no

mínimo, um processo de nivelamento, apropriação, clareza do que está sendo dito. De tudo que leu, reconheceu inverdades. Comentou sobre o vídeo exposto na COP20, cuja estrutura do discurso considerou uma distorção da realidade, combinado com um conjunto de imagens que apresentam situações que não ocorrem em projetos de REDD, como por exemplo, índios debaixo da ponte, casa sendo destruída por motosserra. Se uma mentira for contada com muita frequência e ninguém a rebate como uma inverdade, aquilo vira verdade pelo menos para alguns segmentos.

Magaly Medeiros falou que esse assunto é de grande relevância para o SISA, mas não poderia ser esgotado ali. Informou que teve acesso aos documentos e sugeriu trazer essa discussão na próxima reunião, para que se possa desenvolver uma estratégia ou um posicionamento. Informou que a principal recomendação dada pelos manifestantes é que o governo alemão suspenda os recursos que atualmente estão destinados ao Acre. Acrescentou que eles estiveram no parlamento alemão; enviaram carta para o governo alemão, que por sua vez enviou carta ao governo brasileiro, pedindo esclarecimentos, pois deu anuência ao Programa. E o governo federal, por meio do MMA, teve que responder ao governo alemão, mesmo sem ter maiores informações. Esse fato incomodou muito a Ministra, e durante o encontro dos governadores em Manaus, esse foi um dos pontos que ela colocou publicamente para o Acre. Defendeu que a isso caberia uma resposta mais focada para que se possa esclarecer e dirimir qualquer ambiente de ruídos entre o governo do Acre e o governo federal.

Dande Tavares questionou o sentido de suspender os recursos do REM, diante das seguintes indagações de qual seria o agricultor que não estava podendo plantar no Acre e qual seria o indígena que não estava podendo exercer suas práticas tradicionais. Afirmou que a mesma fonte que financiava o REM financiava as organizações de direitos humanos. E o que os *NO REDD* dizem é que os alemães estão financiando algo contrário aos direitos humanos. Prosseguiu dizendo que os *NO REDD* foram aos Suruí e provocaram uma cisão entre irmãos. Denunciou que estavam tentando destruir os pioneiros de REDD, considerando como pioneiro jurisdicional, o Acre e pioneiro indígena, o povo Suruí.

Joci Aguiar argumentou que diante da extrema relevância do assunto, ele deveria ser discutido em outra reunião, e solicitou a presença de outros atores, como o Zezinho, Assessor Indígena. **Dande Tavares** sugeriu que fosse convidada a rede de sociedade que participa da gestão ampliada do SISA, os Conselhos. **Moacir Haverroth** sugeriu convidar o GT Indígena.

Dande Tavares acrescentou que, em dada medida, as críticas ao REDD ocorrem por conta das experiências enviesadas que projetos privados de REDD tiveram mundo afora. E o que estavam verificando ali era que os projetos deveriam ser vistos com um pouco mais de cautela e cuidado.

2. Análise da situação atual dos subprogramas

A segunda pauta passou a ser tratada, com apresentação do Diretor Presidente da CDSA, **Dande Tavares**, a convite da CEVA, para fazer uma atualização de informações sobre os subprogramas do Programa ISA Carbono. **Joci Aguiar** fez um convite para que ele possa falar também sobre créditos, volume negociado, mercados, em outra reunião da Ceva.

Dande Tavares mostrou um panorama geral, dizendo que estavam trabalhando com três subprogramas: subprograma indígena, subprograma pecuária diversificada sustentável e subprograma que, inicialmente era extrativista e de produção familiar ou de cadeias produtivas e que, a partir dos encontros, houve o consenso de fundir esses dois subprogramas em um único, chamado: territórios de produção familiar sustentável.

Informou que ao se depararem com o passo seguinte ao que foram os estudos iniciais sobre o formato desses três subprogramas, que já houve oportunidade de serem apresentados à Ceva, sobretudo o de pecuária diversificada sustentável, foi feito um primeiro exercício, de compartilhar com a PGE o documento base do subprograma indígena, para elaboração da minuta de um decreto governamental de criação oficial do subprograma, como é previsto na lei.

Disse que foram orientados a fazerem uma complementação nos textos-base elaborados. Tratam-se de documentos que estão apontando linhas de objetivos, propósitos etc. mas não são documentos que falem exatamente sobre as linhas de ação. Explicou que isso era resultado de um ineditismo, o fato de não haver documento referencial pronto. Então, disse que no momento estava trabalhando no subprograma indígena com assessoria jurídica do Dr. Ludovino Lopes para aprofundar os mecanismos e ações propriamente ditas; e, dado que o tema indígena é sempre muito sensível na questão dos serviços ambientais, disse estarem trabalhando com assessoria do Dr. Érico Barboza, nas dimensões que a PGE conseguia trabalhar.

Esclareceu que o Ludovino era assessor jurídico do IMC e da CDSA, com propósitos diferentes. Na CDSA, assessorava em processos de comercialização e mercados; e na elaboração desses projetos e subprogramas especiais.

Proseguiu dizendo que a minuta do subprograma indígena estava em discussão por um grupo de trabalho interno do governo, criado de forma multissetorial, composto pela Casa civil, CDSA, IMC, SEMA, AEPI. Informou que a proposta estava sendo finalizada. Lembrou que o GTI havia decidido que, apesar de entender que é preciso ter um programa de conhecimento tradicional, seria válido dar passos com o subprograma indígena, considerando que hoje temos o ISA Carbono sendo implementado e que é possível fazer um recorte de carbono no tema indígena também. Mas, a meta de médio e longo prazo era termos um Programa, o que está em ata de decisão do GT Indígena.

A respeito do subprograma extrativista, informou estarem trabalhando com um revisor, em cima de marcos conceituais sobre o que fundamenta a questão da reserva extrativista e da questão do Incra, para projetos de assentamentos, que são os principais territórios. Disse que essa revisão estaria concluída até o final de outubro ou início de novembro. Assim como foram apontadas as questões mais conceituais e de marcos regulatórios para fundamentar o indígena e principalmente as linhas de ação, automaticamente foi identificado que isso precisava ser feito nos textos dos documentos-base dos dois outros subprogramas, tanto o de extrativismo e de produção familiar, quanto o de pecuária.

Para o de pecuária, afirmou terem uma parceria com o IPAM, que retomou esse processo para que se tenha um embasamento de marcos regulatórios para o setor, porque assim poderão rerepresentar o texto com as recomendações da Ceva, e alguns acréscimos mais técnicos. Em resumo, o que se pode dizer é que ao se depararem com a elaboração do subprograma indígena, perceberam que os documentos ainda estavam carecendo de uma robustez maior, do ponto de vista de marcos regulatórios.

Afirmou que os textos têm uma riqueza do ponto de vista da colheita de subsídios da sociedade civil, em termos do que é a percepção, das delimitações, das demarcações, a exemplo do indígena, que apesar de ter que ser um Programa, concordou que se fizesse nesse momento um subprograma. No subprograma pecuária, disse ter sido feita uma ampliação do conceito de pecuária, trabalhando um pouco a ideia da diversificação, pois aí tem a inclusão de outras cadeias produtivas além da bovinocultura, que são a piscicultura, ovinocultura, suinocultura, avicultura.

Declarou haver dificuldade em incluir a meliponicultura na pecuária, por serem são segmentos que não dialogavam entre si setorialmente, inclusive nos marcos regulatórios. Questionou a vantagem que essa atividade teria do ponto de vista de carbono, provavelmente tendo relação muito forte com polinização,

biodiversidade, serviços mais amplos. Foi sugerido deslocar essa atividade para o Programa da Sociobiodiversidade.

Informou que a ideia era de estar com as minutas prontas e idealmente publicadas antes da COP. Disse acreditar que, para a questão da repartição de benefícios, os subprogramas iriam ajudar bastante a dar um equacionamento do ponto de vista do que apoiar, do que é elegível para os recursos do SISA apoiarem, dentro de pelo menos esses três macro temas. Eles já cobrem provavelmente 80% do que seria o destino de recursos dentro do SISA: produção familiar, indígenas, pecuária.

Avaliou que foram dados saltos expressivos nos três subprogramas, provando mais uma vez que as consultas públicas com a sociedade sempre enriquecem. Lembrou que a construção do SISA começou com a proposta de um projeto de REDD e terminaram as consultas com trezentas recomendações e uma delas dizia que não deveria ser um projeto de REDD, mas um sistema de incentivos a serviços ambientais. Isso foi um salto qualitativo que mudou paradigmaticamente a abordagem.

Disse que nos três subprogramas ocorre a mesma coisa, principalmente no de gestão de territórios familiares, com uma visão integrada de extrativismo com agricultura; e o de pecuária, com a abordagem da pecuária diversificada, que não é dependente exclusivamente da bovinocultura. Afirmou que se esse era o vetor que mais pressionava a floresta, estava havendo a chance de conseguir dar uma inversão na lógica de pressão que a pecuária exercia sobre a floresta. Ressaltou a importância de entender que isso tem alinhamento com as diretrizes das políticas públicas atuais vigentes de produção, especialmente da piscicultura e da suinocultura, muito fortes hoje no estado e tem ganhado um posicionamento em termos de estruturação de cadeias produtivas impressionante, não só no processo de industrialização, mas no processo de domínio sobre tecnologias de alta produtividade.

Comentou sobre a missão feita pelo governador em Israel, que se deparou com um processo de produção de piscicultura – no Acre se trabalha com uma produtividade de 8 ton/ha, com uma meta de 20, enquanto das fazendas de piscicultura visitadas em Israel, a de mais baixa produtividade produz 50 ton/ha de lâmina d'água. Então salientou a possibilidade de algo muito revolucionário em termos de produtividade, cujo diferencial basicamente não seria na ração, nem na qualidade da água, mas seria limpar a água.

Concluiu sua fala justificando que o estado da arte da elaboração dos subprogramas do ISA Carbono precisou dar uma parada e uma concertação para o enriquecimento, a qualificação daquilo que foi apontado pela PGE.

Fernanda Fonseca perguntou se o subprograma da pecuária poderia mudar o nome e sugeriu “produção animal sustentável”. **Dande Tavares** lembrou que isso foi muito questionado pelos representantes do KfW. Mas, ele argumentou que se querem fazer uma ruptura paradigmática, que é positivar uma atividade que de fato pode ter um arranjo que pressione menos a floresta, não podemos nos apegar à força da comunicação que a palavra tem. Explicou que pecuária significa a criação de animais, apesar de ter sido convencionalizado que trata apenas da criação de bovinos, como é o caso da Amazônia. Por isso, foi decidido manter a palavra pecuária e acrescentou o termo diversificada, porque pretende-se que se entenda que o Acre não é dependente do boi, mas o boi é parte. E o sustentável, porque esse boi deve ter base de ganhos de produtividade, entre outros, mas o que se fala no documento é que essa atividade é orientada por uma lógica de produção de proteína animal.

Joci Aguiar solicitou àqueles que tivessem mais perguntas ou comentários, que se manifestassem.

Magaly Medeiros deu o informe sobre a assinatura, no dia 19 de maio, do memorando de entendimento (MOU) na Califórnia. Disse que originalmente são doze signatários, incluindo o Acre, que se

comprometeram a estruturar as economias em uma lógica de baixo carbono que contribuam para deixar a elevação da temperatura do planeta abaixo de 2°C. Cada signatário tinha que apresentar um projeto, chamado anexo ao memorando. Consideraram que com a perspectiva de elevação da temperatura em 4°C, a vida no planeta fica comprometida. Então, decidiram fazer uma estratégia mundial para manter abaixo de 2°C. O anexo mostra a estratégia de como alcançar a meta. A estratégia do Acre envolve a redução do desmatamento e a estruturação de uma economia de baixo carbono. O projeto foi apresentado no evento da Califórnia, juntamente com o convite que partiu do governador do Acre para que outros cinco estados da Amazônia brasileira também aderissem a esse compromisso: Mato Grosso, Pará, Tocantins, Amazonas e Rondônia. Os cinco concordaram, mas dois deles, Mato Grosso e Pará não poderiam participar do evento e se comprometeram a assinar o memorando até antes da COP.

Dande Tavares esclareceu que há dois memorandos diferentes, mas convergentes. O memorando de entendimento assinado com a Califórnia foi para fazer um alinhamento da legislação. O Acre deverá fazer uma legislação para gerar créditos e a Califórnia, uma legislação para demandar créditos. Isso está em andamento. Ressaltou que a Califórnia é um estado subnacional que lidera uma discussão global sobre a importância que estados subnacionais e grandes cidades do mundo também se comprometam com a redução das emissões e não só as nações. Governadores e prefeitos precisam orientar as suas ações também, nos estados e nas cidades, que reduzam as emissões, pois muitas vezes o país assume compromissos, mas os estados e cidades não participam. Um exemplo disso é o MOU e também a articulação que o Papa Francisco tem feito. Em agosto, ele fez um chamamento aos prefeitos das grandes cidades do mundo, para assumirem compromissos políticos. Considerou que o momento é importante para dar mensagens simbólicas. O MOU não é só simbólico, pois compreende metas e está ambientado dentro desse esforço de passar mensagens políticas e por ser subnacional, não impede que países façam adesão, como já aconteceu com a Holanda.

Comentou que o Acre estava inserido junto a grandes expressões da economia mundial, como a Califórnia, (que tem um PIB do tamanho do PIB do Brasil), Baden Guntemberg, Ontario, Catalunha, País de Gales. Explicou que o Acre estava lá porque tem ativos, credibilidade e reputação mundial. A liderança junto aos estados da Amazônia também sustenta essa posição do Acre.

Magaly Medeiros falou da visita de monitoramento do KfW, que está pré-agendada para a semana do dia 19 de outubro.

Pável Jezek comentou sobre a colheita de resultados, cuja análise e validação por parte da Ceva estaria pendente. Lembrou que se trata do relatório feito por consultor independente, a pedido da Iniciativa Internacional, que demanda uma aprovação da Ceva para os ajustes feitos de acordo com recomendações em reunião da Comissão. Contextualizou o assunto afirmando que a experiência do Acre é considerada interessante para outros países, então a Iniciativa Internacional está usando essa experiência do Acre e a validação dos resultados para publicar o Relatório. Disse que nesse sentido é importante que membros da Ceva e outros atores deem sua validação.

Érico Barboza perguntou se a Iniciativa Internacional era uma organização que estava apoiando a ideia de difundir o REDD. **Pável Jezek** respondeu que se tratava de um conjunto de cinco ONGs internacionais, que trabalhavam para usar salvaguardas socioambientais para REDD, e cuja secretaria executiva estava sediada em Washington. Disse que o foco é apoiar jurisdições, governos nacionais e regionais para implementar REDD com uso de salvaguardas, para que projetos de REDD não prejudiquem comunidades nem biodiversidade.

3. Estratégias de comunicação para o SISA

Magaly Medeiros fez apresentação sobre a estratégia de comunicação para a COP21, que esse ano será realizada no *Le Bourget*, um local um pouco distante do centro de Paris. No *Le Bourget* ocorrerá a Conferência oficial e os eventos paralelos se darão na capital Paris. Disse que apresentou à Cristiane Ehringhaus a ideia de fazer um evento na COP sobre os resultados e impactos do Projeto REM no Acre e ela havia considerado oportuno e fez algumas sugestões de celebração do encontro de alto nível. Magaly disse ter sugerido a realização de anúncios, divulgação e lançamento de publicações no espaço mais informal, pois seria um evento paralelo; e fazer apresentações em um seminário, no espaço oficial. Disse que submeteu a proposta de aluguel de um estande, mas obteve resposta negativa, porque esses espaços estavam sendo disponibilizados apenas para ONGs ou governos nacionais e o Brasil já havia reservado um estande para o Ministério do Meio Ambiente.

Diante disso, o IMC estava fazendo algumas reformulações, e entrando em contato com parceiros, para participar dos eventos da sociedade civil no espaço oficial e reorganizando a proposta de um evento paralelo, que seria um coquetel, com celebração e anúncios. Foi entregue um pedido na embaixada solicitando um espaço, mas estava havendo muitas demandas. Disse ter estado em reunião da GCF, que teve a pauta da COP21, e terá espaço no evento oficial, dia 04, com *Earth Innovation Institute*, Governo da Indonésia e GCF, data que o governador não estará ainda em Paris, mas que haverá a participação do IMC e CDSA, representando a comitiva do Acre. E está agendado no dia 8 um evento paralelo da GCF, que colocou à disposição do Acre o mesmo formato feito na COP20, dividindo o espaço com apresentação de painel, seguido de um coquetel. Nesse caso, o Acre teria que reduzir a programação que tinha previsto.

Falou da produção de vídeos de cinco minutos, com uma apresentação institucional e quatro histórias de sucesso do SISA: extrativismo, indígena, produção familiar e pecuária sustentável. Disse que esses são produtos que fazem parte da estratégia de comunicação, além do hotsite e as publicações de divulgação do SISA, tais como o folder do SISA, uma publicação sobre salvaguardas e a revista com resultados e impactos do SISA. Falou do programa de rádio, com a intenção de dar mais transparência e uma comunicação mais direta com os beneficiários, para o ano seguinte. Disse que estavam aguardando a não objeção do KfW para o plano de comunicação que compreende esses produtos.

Para o seminário na COP, disse estarem previstos três momentos: um político, com a presença do governador, do representante do governo federal, do Ministério Público e do representante do governo da Alemanha; depois um painel estritamente técnico, em que seriam apresentadas as metodologias de MRV; e, por último os resultados, desafios e oportunidades do Programa de REDD.

Além disso, deveriam participar de outros eventos paralelos, que ainda estava no momento de serem verificados, como é o caso do *Landscape*.

4. Participação da Ceva na COP21

Joci Aguiar perguntou se haverá apresentação sobre a Ceva. **Magaly Medeiros** respondeu que a Ceva estará incluída nos vídeos e outros materiais, com alguma fala dos membros, mas que isso estava sendo reformulado. Disse que deveriam pensar juntos sobre a participação da Ceva. Do encaminhamento da reunião anterior, foi mencionado que a Coordenadora da Ceva foi a indicada pela maioria dos membros para representar a Comissão na Conferência das Partes.

Joci Aguiar solicitou marcar a data da próxima reunião, com a pauta do posicionamento da Ceva e do aprofundamento dos projetos privados. Será feita consulta aos membros, por e-mail, sobre as datas de 9 ou 16 de outubro.

Sem mais assuntos a tratar, a Coordenadora da Ceva, Joci Aguiar encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

- Em relação aos projetos privados, o IMC deverá publicar, quando for o caso, decisão de não admissão do projeto no SISA que, portanto, não o reconhece, contendo declaração de inadequação da metodologia do projeto; superdimensionamento da proposta de geração de créditos; e dizendo que irá abater da contabilidade geral, a quantidade de carbono compatível com o *Acre Carbon Standard*.
- Será feita consulta aos membros, por e-mail, sobre as datas de 9 ou 16 de outubro para a próxima reunião, que tratará do posicionamento da Ceva às críticas contra REDD e o aprofundamento da discussão sobre os projetos privados.

Participantes:

Magaly Medeiros (Diretora Presidente – IMC)

Dande Tavares (Diretor Presidente – CDSA)

Vera Reis (Diretora Técnica – IMC)

Joci Aguiar (GTA)

Érico Barboza (PGE)

Fernanda Fonseca (Embrapa)

Moacir Haverroth (Embrapa)

Camila Oliveira (Asimmanejo)

Marlene Medeiros (Seaprof)

Marta Azevedo (IMC)

Stoney Pinto (IMC)

Pável Jezek (WWF/IMC)

Larissa Barbosa (IMC)